

## MIN. DESENV. AGRARIO-ADMINISTRACAO DIRETA

# Estudo Técnico Preliminar 28/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 55000.000592/2025-18

## 2. Descrição da necessidade

2.1. Aquisição de solução de videoconferência, áudio e vídeo para instalação nas salas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e de suas Superintendências Federais do Desenvolvimento Agrário, com a intenção de garantir a realização de eventos e reuniões com equipamentos modernos de comunicação.

2.2. A presente aquisição tem por objetivo adquirir recursos tecnológicos de videoconferência completos para atendimento ao Ministério, visto que as unidades administrativas do MDA não possuem a solução. A necessidade se justifica pelo estabelecimento da Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, convertida na Lei 14.600, de 19 de junho de 2023, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios e, portanto, a criação do MDA.

2.3. A recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), em 2023, representa um marco relevante na reestruturação das políticas públicas voltadas ao meio rural brasileiro. Com foco na agricultura familiar, na reforma agrária e na regularização fundiária, o novo arranjo institucional busca promover justiça social e desenvolvimento sustentável no campo. No entanto, para que essas ações alcancem efetividade e abrangência, é imprescindível que o ministério disponha de uma estrutura adequada, capaz de responder aos desafios contemporâneos da gestão pública.

2.4. Essa estrutura não se limita à provisão de equipamentos básicos de infraestrutura física, mas exige também a incorporação de recursos tecnológicos que viabilizem uma atuação eficiente, integrada e inclusiva. Considerando as dimensões continentais do Brasil e sua diversidade territorial, torna-se evidente a necessidade de garantir que as políticas do MDA cheguem de forma efetiva às populações rurais, quilombolas e comunidades tradicionais, muitas vezes localizadas em áreas de difícil acesso.

2.5. Nesse cenário, a aquisição de equipamentos de videoconferência desponta como uma estratégia indispensável. Trata-se de uma solução tecnológica que permite superar barreiras geográficas e logísticas, ampliando a capacidade de comunicação institucional e promovendo maior articulação entre técnicos, gestores e beneficiários. A videoconferência viabiliza reuniões, capacitações e fóruns em tempo real, mesmo entre interlocutores situados em diferentes regiões do país, o que contribui diretamente para a agilidade e eficiência das operações ministeriais.

2.6. Mais do que uma ferramenta de gestão, a videoconferência representa um instrumento de inclusão digital no campo. Ao permitir que comunidades tradicionalmente excluídas dos processos decisórios participem ativamente das políticas que as afetam, fortalece-se a cidadania rural e amplia-se o alcance democrático da atuação estatal. Essa perspectiva é especialmente relevante em um contexto de transformação digital da administração pública, no qual a conectividade e a interoperabilidade entre sistemas se tornam requisitos essenciais.

2.7. Em 2024, a contratação de equipamentos de videoconferência foi formalizada por meio da adesão à Ata de Registro de Preços nº 02/2024, item 51, da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 9ª Região Fiscal. A iniciativa resultou no **Contrato MDA nº 7/2024**, que contemplou, em um primeiro momento, **algumas salas de reuniões estratégicas**. Essa medida visou não apenas melhorar a comunicação interna e externa do órgão, mas também promover economia de recursos, modernização tecnológica e maior capacidade de adaptação às exigências do trabalho remoto e colaborativo.

2.8. Como um órgão recém-criado, o MDA demanda adequações estruturais que garantam a execução eficaz de suas atribuições. Nesse sentido, o planejamento atual prevê a ampliação da cobertura tecnológica para outras unidades funcionais, consolidando a infraestrutura digital do ministério. A proposta é dotar o órgão de ambientes equipados para reuniões híbridas, com foco na agilidade comunicacional, interoperabilidade entre sistemas e segurança da informação.

2.9. A eficiência administrativa proporcionada por essa tecnologia é outro aspecto relevante. Ao integrar os serviços públicos em plataformas digitais, o MDA reduz custos operacionais, otimiza a gestão de tempo e eleva a produtividade dos servidores. A realização virtual de fóruns, audiências públicas e consultas fortalece a participação social, tornando o processo decisório mais acessível e transparente.

2.10. Adicionalmente, o uso de equipamentos modernos de videoconferência assegura a proteção de dados e a integração com os sistemas governamentais, promovendo conformidade com as diretrizes de segurança da informação e transparência institucional. A interoperabilidade entre plataformas digitais permite maior rastreabilidade das ações, contribuindo para a governança pública e a prestação de contas à sociedade.

2.11. Dessa forma, investir na estruturação digital do MDA com foco na videoconferência não se configura apenas como uma escolha tecnológica. Trata-se de um compromisso estratégico com a ampliação do acesso às políticas públicas, a inclusão das comunidades rurais nos processos de decisão e a modernização da gestão pública. A videoconferência, nesse contexto, é um vetor de transformação institucional, capaz de conectar o MDA até o homem do campo.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação	Pamela Santiago Hilario

### 4. Necessidades de Negócio

4.1. O MDA atualmente busca realizar a melhoria de infraestrutura para comunicação entre os servidores, especialmente em atividades em grupo, na sua Unidade Sede e nas Unidades Descentralizadas, pois carecem de equipamentos capazes de captar com qualidade as imagens e o áudio das reuniões. Essas Unidades Descentralizadas, assim como o próprio Ministério, enfrentam limitações decorrentes da ausência de equipamentos adequados para captar com qualidade as imagens e o áudio das reuniões, o que compromete a efetividade dos processos colaborativos e a articulação entre os servidores.

4.2. Portanto, com a aquisição de solução de videoconferência robusta, o Ministério estará não apenas possibilitando a melhoria da comunicação entre servidores e órgãos externos ou empresas, mas também otimizando a condução das atividades realizadas pelo MDA.

4.3. A fim de se investir na infraestrutura adequada, essa tecnologia de comunicação ainda é capaz de prover uma economia a longo prazo, pela redução substancial nos custos operacionais do Ministério, caso da redução da necessidade de viagens e diárias para realização de reuniões.

4.4. Ademais, as necessidades para contratação de equipamento de videoconferência devem possuir as seguintes especificações negociais:

- Comunicação Eficiente: Os equipamentos devem ser capazes de atender às necessidades de comunicação do Ministério, viabilizando encontros virtuais, capacitações à distância e trabalho colaborativo remoto;
- Qualidade de Áudio e Vídeo: É necessário que os dispositivos ofereçam qualidade de comunicação, com áudio nítido e vídeo de alta definição;
- Compatibilidade com Plataformas: A Solução requer compatibilidade com plataformas de videoconferência, como *Zoom*, *Microsoft Teams* ou *Google Meet*;
- Escalabilidade: Deve-se considerar a capacidade de se ajustar a diferentes tamanhos de salas;
- Suporte Técnico e Manutenção: Verificar a disponibilidade de suporte técnico, garantia e manutenção, a fim de evitar interrupções no serviço;
- Orçamento: Selecionar a solução que apresente equilíbrio entre funcionalidade e custo, considerando a disponibilidade orçamentária.

### 5. Necessidades Tecnológicas

5.1. A solução de videoconferência a ser contratada deve constituir uma plataforma integrada, capaz de prover todo o arcabouço necessário à transformação digital dos ambientes de trabalho. Para atendimento desta demanda, faz-se necessária a aquisição de solução tecnológica que reúna em um único dispositivo compacto (all-in-one) câmera, microfones e alto-falantes, reduzindo a complexidade de instalação, operação e manutenção.

5.2. As especificações técnicas aqui estabelecidas refletem as funcionalidades comumente encontradas em soluções de mercado voltadas a ambientes corporativos. Entre tais características destacam-se: transmissão de vídeo com resolução compatível com o atual padrão de mercado em transmissões de vídeo, estabelecendo Ultra HD (4K) como requisito mínimo, rastreamento automático de participantes por meio de recursos de Inteligência Artificial, sistemas de áudio com captação inteligente e filtragem de ruídos, bem como integração nativa com plataformas de colaboração digital. Esses recursos são indispensáveis para garantir confiabilidade, segurança e inovação nos ambientes de trabalho modernos, além de proporcionar melhor experiência de uso e reduzir intervenções técnicas durante as reuniões. Além disso, tais tecnologias contribuem para ampliar a vida útil do equipamento, reduzindo o risco de obsolescência em curto prazo.

5.2.1 Por oportuno, esclarece-se que a solução de videoconferência a ser contratada enquadra-se como bem comum, uma vez que suas especificações são padronizadas, amplamente disponíveis no mercado e passíveis de comparação objetiva entre diferentes fornecedores. Trata-se de item cujos atributos de desempenho e qualidade podem ser definidos de forma clara e suficiente no termo de referência, permitindo avaliação objetiva das propostas, conforme entendimento consolidado pela Administração Pública e pela jurisprudência do TCU. Por não envolver solução customizada, desenvolvimento específico ou complexidade técnica que exija análise subjetiva, o bem atende plenamente ao conceito de bem comum, justificando a adoção dos procedimentos de contratação aplicáveis a essa categoria.

5.2.2 Na mesma toada, a solução de TIC a ser adquirida caracteriza-se como um conjunto de bens e/ou serviços destinados a apoiar processos de negócio por meio da integração de recursos de tecnologia da informação e comunicação, conforme estabelecido na alínea “a” do item 1.1 do Anexo II da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

5.3. Nesse contexto, observa-se que fabricantes consolidados no mercado, como Logitech, Poly, Yealink, entre outras, oferecem equipamentos do tipo *endpoint* para videoconferência, cada qual com portfólio adequado a diferentes perfis de uso, desde pequenas salas de reunião até grandes auditórios corporativos. A adoção de solução com tais características assegura que a Administração Pública esteja alinhada às melhores práticas tecnológicas, garantindo a adequada prestação dos serviços e a plena consecução dos objetivos institucionais.

5.4. Cada uma delas oferece soluções distintas, voltadas para diferentes perfis de uso que podem atender desde pequenas salas de reunião até grandes auditórios corporativos. Para fins deste ETP, as especificações a seguir descritas são iminentemente comuns no mercado de hardware do tipo endpoint para videoconferência, para atendimento a SALAS DE REUNIÃO DE MÉDIO PORTE, ou seja, com capacidade para até 15 participantes.

## 5.5. Especificação da Solução de Endpoint (hardware) de Videoconferência

Tabela 1

Especificações Técnicas Mínimas dos Equipamentos
5.5.1. Terminal de videoconferência do tipo <i>all-in-one</i> capaz de operar em uma sala de reuniões de médio porte;
5.5.2. O equipamento deve ser fornecido com todas as funcionalidades descritas nesta Especificação Técnica e com todos os acessórios, <i>softwares</i> e componentes necessários para o seu perfeito funcionamento;
5.5.3. Deve constar como <b><u>equipamento certificado para Microsoft Teams</u></b> conforme o site <a href="https://learn.microsoft.com/en-us/microsoftteams/devices/certified-devices-overview">https://learn.microsoft.com/en-us/microsoftteams/devices/certified-devices-overview</a> ;
5.5.4. Deve constar como <b><u>equipamento certificado pela Zoom</u></b> conforme o site <a href="https://www.zoom.com/en/hardware-as-a-service/zoom-certified/">https://www.zoom.com/en/hardware-as-a-service/zoom-certified/</a> ;
5.5.5. O fabricante deve possuir suporte técnico estabelecido no Brasil;
5.5.6. Durante o período de garantia, o proponente deverá fornecer as atualizações de software e firmware disponibilizados pelo fabricante;
5.5.7. Os equipamentos devem possuir certificado emitido pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) válido na data da publicação do Edital;
5.5.8. Todos os equipamentos e fontes devem ser fornecidos com <i>plugues</i> que atendam a norma NBR 14136 (padrão de tomadas brasileiro), para conectar em tomadas do tipo AC. Os equipamentos e fontes devem ser do tipo bivolt com seleção automática de tensão (na faixa de 100 a 240 V) e frequência (de 50/60 Hz);
5.5.9. Deve suportar protocolos de rede IPv4 e IPV6;
DEMAIS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
5.5.10. Deve permitir que a câmera seja acomodada em TVs de <i>LED</i> ou em parede;
5.5.11. Caso seja necessário algum acessório para este tipo de instalação, o item em questão deve ser fornecido. Caso sejam acessórios diferentes para fixação em TV e parede, devem ser fornecidos ambos;
5.5.12. Deve contar com recursos de inteligência artificial para apoio durante os eventos de videoconferência, permitindo ao usuário desativá-los quando desejar.
5.5.13. Deve possuir câmera com recurso de enquadramento automático, tanto do grupo de pessoas presentes no ambiente quanto do orador, permitindo ao usuário desativá-los quando desejar;
5.5.14. A câmera deve possuir ângulo de abertura horizontal ou diagonal de pelo menos 110° (cento e dez graus);
5.5.15. Deve possuir capacidade de captura em resolução Ultra HD 2160p (4K);
5.5.16. O equipamento deve possuir recurso de zoom óptico e/ou digital com capacidade mínima de 4x (quatro vezes);
5.5.17. Deve possuir sistema de garantia de privacidade, seja por cobertura mecânica/eletrônica (automática ou manual), seja pelo posicionamento da câmera demonstrando que vídeo não está sendo capturado;

5.5.18. Deve possuir slot trava do tipo <i>kensington</i> .
<b>MICROFONE</b>
5.5.19. Deve possuir, no mínimo, 2 (dois) microfones integrados, capazes de operar simultaneamente, com alcance de captação de áudio de, no mínimo, 6 (seis) metros;
5.5.20. Os microfones devem possuir recursos embarcados para eliminação de ruídos e ecos;
5.5.21. Os microfones devem possuir recurso de detecção de atividade de voz.
<b>SISTEMA DE SAÍDA DE SOM</b>
5.5.22. Deve possuir caixas de som de forma integrada ao equipamento;
5.5.23. Deve possuir potência mínima de 5 Watts Root Mean Square (RMS).
<b>CONEXÕES, ENTRADAS, SAÍDAS E CABOS</b>
5.5.24. Deve possuir pelo menos 1 (uma) saída do tipo HDMI para ligação em monitores/televisores;
5.5.25. Deve possuir nativamente pelo menos 1 (uma) interface USB-C 3.0 (ou superior);
5.5.26. Deve possuir interface de rede do tipo RJ-45 compatível com o padrão 1000 <i>Base-t</i> ou <i>GigabitEthernet</i> ;
5.5.27. Deve possuir interface de rede sem fio compatível com o padrão 802.11ac;
5.5.28. Deve possuir interface <i>bluetooth</i> ;
5.5.29. Todos os cabos devem ser fornecidos pelo fabricante;
5.5.30. Deve ser fornecido cabo para conexão com o PC de no mínimo 3 metros.

## 5.6. Modos de Conexão a Desktop e Notebooks (BYOD)

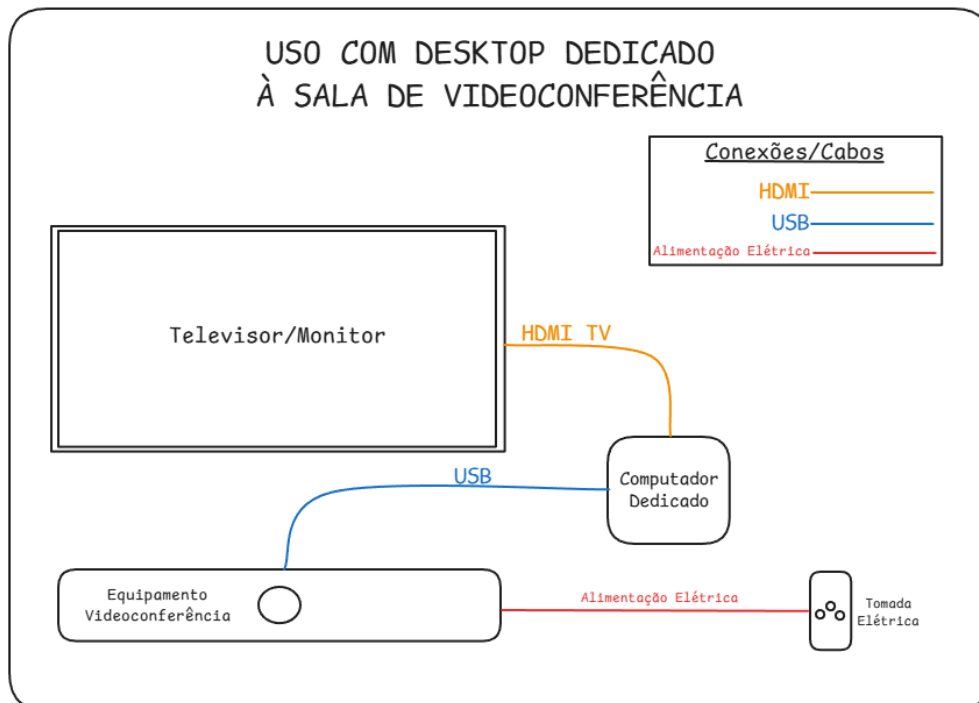
5.6.1. Os equipamentos de videoconferência podem ser utilizados em diferentes formas de conexão, variando conforme o tipo de dispositivo que atuará como origem do sinal, como desktops dedicados ou notebooks trazidos pelos usuários. Nesta última situação, conhecida como *Bring Your Own Device* (BYOD), o participante utiliza seu próprio equipamento pessoal para conduzir a reunião. Dessa forma, é necessário detalhar os modos de conexão possíveis entre o equipamento de videoconferência, o televisor/monitor e os dispositivos dos usuários.

5.6.2. A presença de, no mínimo, uma interface HDMI no equipamento de videoconferência é necessária para garantir sua adequada integração com televisores e monitores utilizados nas salas de reunião. A interface HDMI é o padrão mais amplamente adotado para transmissão de áudio e vídeo em alta definição, assegurando qualidade e simplicidade na instalação.

5.6.3. Além disso, o equipamento poderá ser utilizado em três cenários distintos:

### 5.6.3.1. Uso com desktop dedicado à sala de videoconferência.

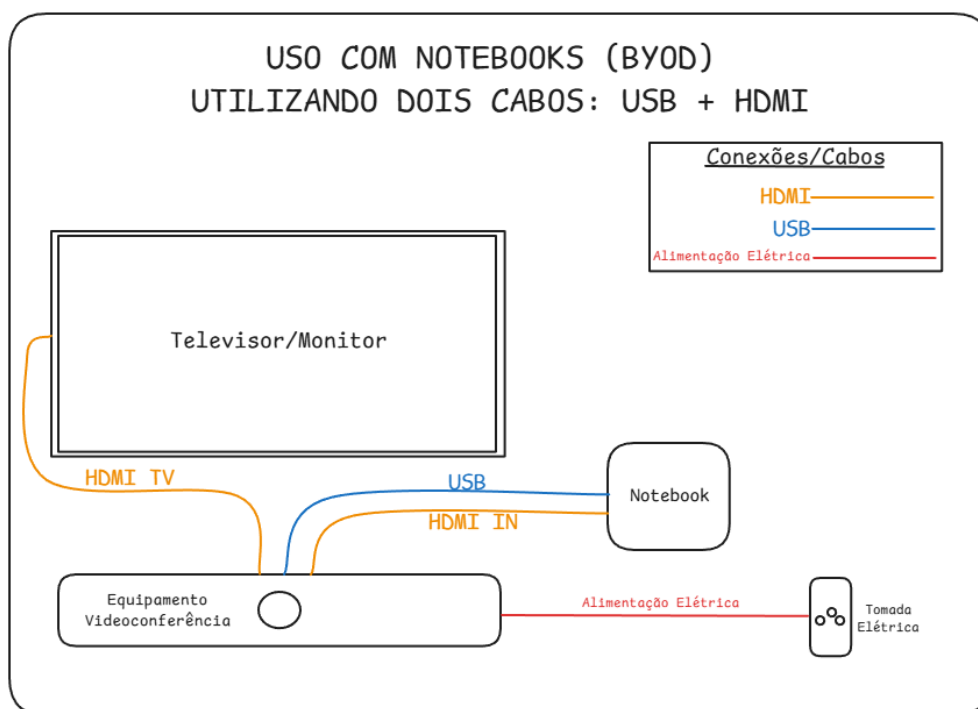
5.6.3.1.1. Nesse cenário, o desktop será o equipamento principal que processará a videoconferência. Assim, o dispositivo de videoconferência deve ser capaz de entregar o sinal de vídeo ao televisor/monitor por meio de HDMI.



#### 5.6.3.2. Uso com notebooks (BYOD) utilizando dois cabos: USB + HDMI.

5.6.3.2.1. Nesse modo de operação, há a possibilidade de o usuário conectar o notebook ao equipamento por meio de dois cabos distintos:

- a) USB, destinado ao controle da câmera, microfones e demais funções do equipamento de videoconferência; e
- b) HDMI, destinado exclusivamente ao envio do sinal de vídeo do notebook para o televisor/monitor.

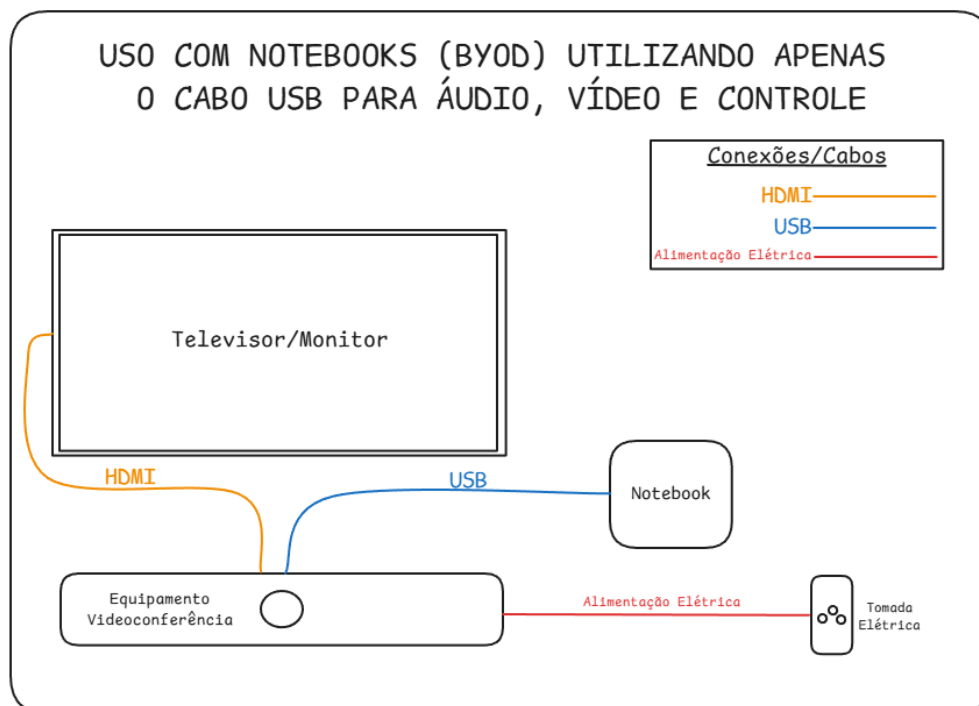


5.6.3.2.2. Essa forma de uso requer que o equipamento disponha de interface(s) HDMI compatíveis com esse fluxo de ligação.

#### 5.6.3.3. Uso com notebooks (BYOD) utilizando apenas o cabo USB para áudio, vídeo e controle.

5.6.3.3.1. Em alguns modelos, existe a possibilidade técnica de que o cabo USB seja capaz de transportar, além dos sinais de áudio e controle, também o sinal de vídeo destinado ao televisor/monitor.

5.6.3.3.2. Nessa configuração, o equipamento de videoconferência utiliza pelo menos uma interface HDMI para conectar-se ao display, enquanto o notebook se comunica integralmente por meio do cabo USB.



## 5.7. Dispensa de Licenciamento Dedicado para Salas de Reunião

5.7.1. Os equipamentos especificados neste Estudo Técnico Preliminar devem funcionar como periféricos USB, a serem conectados a um computador ou notebook para sua operação, dispensando a necessidade de aquisição de licenças dedicadas para salas de reunião, tais como Microsoft Teams Rooms ou Zoom Rooms.

5.7.2. A incorporação de recursos de Inteligência Artificial diretamente embarcados nos dispositivos, conforme especificado nos itens 5.5.12 e 5.5.13, permite que funcionalidades avançadas como enquadramento automático, rastreamento de participantes e supressão de ruídos sejam executadas localmente no equipamento, sem dependência de processamento em nuvem ou de licenciamento adicional de software.

5.7.3. Dessa forma, os equipamentos podem ser conectados a qualquer computador ou notebook por meio de interface USB, utilizando as licenças padrão já disponíveis para os usuários (Microsoft Teams, Zoom, Google Meet, entre outras), sem custos adicionais de licenciamento por sala.

5.7.4. Esta característica representa uma vantagem econômica significativa para a Administração, uma vez que licenças dedicadas, como o Microsoft Teams Rooms Pro, podem representar custos mensais adicionais de aproximadamente R\$ 225,58 por sala, conforme pode ser observado no Catálogo de Soluções de TIC elaborado pela SGD/MGI, disponível em: [https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes-de-tic/catalogos-de-solucoes-de-tic-com-condicoes-padronizadas-para-licenciamento-de-software/arquivos/microsfot/catalogos/sei\\_mgi-49081253-anexo.pdf](https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes-de-tic/catalogos-de-solucoes-de-tic-com-condicoes-padronizadas-para-licenciamento-de-software/arquivos/microsfot/catalogos/sei_mgi-49081253-anexo.pdf).

5.7.4.1. Considerando as 68 unidades previstas, tal licenciamento representaria um custo anual de aproximadamente R\$ 184.073,28 (cento e oitenta e quatro mil e setenta e três reais e vinte e oito centavos). Ressalta-se que, diferentemente da aquisição dos equipamentos (que ocorre de forma única), o licenciamento dedicado constitui despesa recorrente que incidiria durante toda a vida útil dos dispositivos, potencialmente por 5 (cinco) anos ou mais, o que poderia representar um acréscimo superior a R\$ 920.000,00 (novecentos e vinte mil reais) ao custo total de propriedade da solução.

5.7.5. A opção pelo modelo BYOD (Bring Your Own Device), conforme descrito no item 5.6, reforça esta vantagem, permitindo que os usuários utilizem seus próprios dispositivos e licenças pessoais ou corporativas para conduzir as reuniões, maximizando o aproveitamento dos recursos tecnológicos já disponíveis no Ministério.

## 5.8. Marcas/Modelos de Referência.

5.8.1. As marcas e modelos eventualmente indicados abaixo possuem caráter exclusivamente referencial, com a finalidade de exemplificar soluções que atendem às especificações técnicas descritas no **item 5.5**. Será aceita qualquer solução equivalente que atenda integralmente aos requisitos estabelecidos, independentemente do fabricante ou modelo.

5.8.1.1. Marca: *Logitech* - Modelo: *Meetup2*;

5.8.1.2. Marca: *Poly* - Modelo: *Studio V52*;

5.8.1.3. Marca: *Yealink* - Modelo: *smartvision 40*.

## 6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

6.1. A solução de videoconferência deve oferecer ao usuário uma experiência dinâmica e versátil, disponibilizando recursos de alta qualidade para reuniões estáveis e produtivas.

6.2. Dessa forma, as definições de requisitos do ETP constituem-se em uma versão simplificada das futuras especificações técnicas da solução a ser contratada. Este tópico foi elaborado em vista de indicar os requisitos necessários e suficiente da ferramenta tecnológica.

6.3. Demais requisitos para a Solução que permita a realização de reuniões, chamadas de vídeo, webinars e colaboração em equipe:

- Reuniões por vídeo: Conectar pessoas (servidores, colaboradores, público alvo e outros) em diferentes localizações geográficas por meio de chamadas de vídeo de alta qualidade.
- Sistema de imagem: Mostrar vídeos nítidos com precisão óptica em resolução até 4K, Ultra HD e mecanismo que ajuste a velocidade dos movimentos para um enquadramento ágil e controle de zoom.
- Componentes de áudio: Oferecer caixas de som com cobertura total de áudio natural, nítido e inteligível.

### 6.4. Requisitos de Manutenção

6.4.1. As características técnicas dos componentes dos equipamentos deverão ser as mais recentes disponibilizadas no mercado pelo fabricante.

### 6.5. Requisitos Temporais

6.5.1. Todos os equipamentos deverão ser entregues ao MDA em até o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), emitida pela Contratante. As entregas poderão ocorrer:

- a) na sede do MDA em Brasília, Distrito Federal, localizada na Esplanada dos Ministérios, Bloco D, 4º andar, diretamente na Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação;
- b) nas capitais de todos os estados, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos; ou
- c) nas demais localidades, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos. O prazo poderá ser prorrogado, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

### 6.6. Requisitos de Metodologia de Trabalho

6.6.1. O fornecimento dos equipamentos está condicionado ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) emitida pela Contratante.

6.6.2. A OFB indicará o tipo de equipamento, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.

### 6.7. Requisitos de Capacitação

6.7.1. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização da solução de videoconferência.

### 6.8. Requisitos Legais

6.8.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 e outras legislações aplicáveis.

### 6.9. Sustentabilidade

6.9.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

6.9.1.1. A empresa contratada deverá observar o Princípio do Desenvolvimento Nacional Sustentável e contribuir para a promoção do cumprimento indispensável de diretrizes e ações referentes a critérios e a práticas de sustentabilidade, nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural.

6.9.1.2. Os equipamentos não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

6.9.1.3. O plano de descarte ou reciclagem dos materiais deve ocorrer em observância a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, no que couber.

6.9.2. A empresa contratada deverá observar o Princípio do Desenvolvimento Nacional Sustentável e contribuir para a promoção do cumprimento indispensável de diretrizes e ações referentes a critérios e a práticas de sustentabilidade, nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural.

6.10. A exigência de garantia contratual não será aplicada nesta contratação porque se trata de aquisição do tipo escopo, na qual o risco associado ao objeto é inerentemente reduzido e limitado ao fornecimento de bens padronizados. Nesses casos, a Administração recebe o objeto de forma imediata e conclusiva, sem a execução continuada de obrigações que demandem cobertura adicional de riscos. Assim, a prestação de garantia não se mostra necessária. A dispensa, portanto, está alinhada ao princípio da razoabilidade e evita custos adicionais ao fornecedor que não agregariam benefício efetivo ao interesse público.

## 7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

7.1. A recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, por meio do Decreto nº 11.396, de 21 de janeiro de 2023, representa um marco importante na retomada de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e ao desenvolvimento agrário sustentável. No entanto, conforme já retratado neste Estudo Técnico Preliminar, a nova configuração ministerial enfrenta significativas limitações estruturais, especialmente no que se refere à disponibilidade de recursos tecnológicos essenciais para a integração entre suas equipes, a articulação interinstitucional e a efetiva implementação de suas ações estratégicas.

7.2. O MDA apresenta carências estruturais em sua infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação, incluindo a ausência de ferramentas tecnológicas adequadas para a comunicação síncrona entre os setores internos do Ministério, suas entidades vinculadas, os demais órgãos da Administração Pública Federal (APF) e, sobretudo, com o público finalístico que depende das políticas públicas promovidas pela Pasta. Essa fragilidade estrutural limita o alcance e a eficácia dos programas de governo sob responsabilidade do MDA, dificultando a realização de reuniões estratégicas, capacitações à distância, atendimentos remotos, articulação interinstitucional e prestação de serviços de forma eficiente, ágil e transparente.

7.3. Diante desse cenário, torna-se imperativa a necessidade de investimentos mínimos em infraestrutura tecnológica para atender às competências e atribuições das áreas finalísticas e administrativas previstas no artigo 2º do Decreto nº 11.396/2023, que aprova a estrutura regimental do MDA. A adequação tecnológica não é apenas uma questão operacional, mas um requisito fundamental para que o Ministério cumpra sua missão institucional, amplie sua capacidade de execução das políticas públicas e contribua efetivamente para a redução das desigualdades sociais no campo e o fortalecimento da agricultura familiar brasileira.

7.4. A estimativa de demanda apresentada neste Estudo Técnico Preliminar foi elaborada com base em critérios técnicos e considerando a estrutura organizacional do MDA, a distribuição das equipes por unidade administrativa, a necessidade de atendimento simultâneo em diferentes localidades e a projeção de uso dos equipamentos para reuniões internas, videoconferências institucionais, capacitações e atendimentos ao público externo. Os quantitativos propostos representam o mínimo indispensável para dotar o Ministério de condições tecnológicas básicas que viabilizem a execução eficaz de suas atribuições regimentais.

7.5. Importante destacar que a presente contratação será realizada **sob demanda, sem exigência de quantitativo mínimo**, conferindo flexibilidade à Administração para adquirir os equipamentos de acordo com a efetiva necessidade e disponibilidade orçamentária. Essa modalidade de contratação visa assegurar economicidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos, permitindo que os equipamentos sejam empregados exclusivamente em locais onde há viabilidade técnica e operacional para sua utilização, ainda que haja indicação prévia de demanda neste estudo. Dessa forma, a Administração não fica vinculada à aquisição da totalidade dos itens estimados, podendo ajustar as quantidades conforme as prioridades institucionais, a evolução das necessidades e as condições orçamentárias ao longo da vigência do contrato.

7.6. Portanto, os quantitativos de equipamentos de videoconferência propostos, por unidade administrativa, são os seguintes:

Tabela 2

LOCALIZAÇÃO	SALA/UNIDADE	QTDE. DE EQUIPAMENTOS
Secretaria-Executiva (SE)	Sala SE	1
	Departamento de Avaliação, Monitoramento, Estudos e Informações Estratégicas (DAMEI)	1
	Secretaria de Órgãos Colegiados (SEORG)	1
	Coordenação-Geral de Apoio Técnico (CGTEC)	1
	Coordenação-Geral de Gestão e Planejamento Estratégico (CEGEP)	1
Gabinete do Ministro (GM)	Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos (ASPAR)	1
	Sala de Reunião	1
	Assessoria Especial (AESP)	1
	Sala do Ministro	1
	Assessoria Internacional (AI)	1
	Assessoria Especial de Controle Interno (AECI)	1
	Ouvidoria (OUV)	1
	Corregedoria (CORREG)	1
	Consulta Jurídica (CONJUR)	1
	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGLOG)	1



Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA)	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI)	1
	Coordenação-Geral de Inteligência e Riscos (CGIR)	1
	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA)	1
	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP)	1
	Sala de Reunião Geral 1	1
	Sala de Reunião Geral 2	1
	Sala de Reunião Geral 3	1
Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia (SAF)	Departamento de Financiamento a Produção Rural	1
	Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia (GABSAF)	1
	Departamento de Cadastro Nacional de Agricultura Familiar (DECAF)	1
	Sala de Reunião	1
	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) + Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	1
	Departamento de Inovação para a Produção familiar e Transição Agroecológica (DINOVA)	1
Superintendência (SUPEN)	Superintendências (1 SFDA em cada Unidade Federativa) e SEDE	27
Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental (SFDT)	Gabinete	1
	Departamento de Governança Fundiária	1
	Sala de Reunião	1
	Departamento de Desenvolvimento Territorial e Socioambiental (DDTS)	1
Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar (SEAB)	Gabinete	1
	Sala de Reunião SEAB	1
	Departamento de Apoio à Aquisição e Comercialização da Agricultura Familiar (DEACAF)	1
	Departamento de Cooperativismo, Apoio à Inclusão Sanitária, Agroindústria e Certificação da Produção familiar (DECOOP)	1
Secretaria de Territórios e Sistemas produtivos Quilombolas e Tradicionais (SETEQ)	Gabinete	1
	Sala de Reunião SETEQ	1
	Departamento de Reconhecimento, Proteção de Territórios Tradicionais e Etnodesenvolvimento	1
Secretaria de Mulheres Rurais (SMR)	Gabinete	1
	Sala de Reunião SMR	1
<b>QUANTIDADE ESTIMADA MÁXIMA</b>		<b>68</b>
<b>QUANTIDADE ESTIMADA MÍNIMA</b>		<b>17</b>

7.7. Ressalta-se que a distribuição dos equipamentos considerou a capilaridade das ações do MDA, a necessidade de descentralização das atividades de comunicação e o uso compartilhado dos recursos em salas de reunião de médio porte, otimizando o investimento público e assegurando que as equipes técnicas disponham de ferramentas adequadas para o cumprimento de suas responsabilidades institucionais. A efetiva aquisição, contudo, poderá ocorrer de forma gradual e estratégica, priorizando as áreas de maior demanda operacional e respeitando os limites orçamentários disponíveis, em consonância com os princípios da economicidade e da eficiência que regem a Administração Pública.

## 8. Estratégia da Contratação

### 8.1. Sistema de Registro de Preço

8.1.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços conforme estabelecido pelo inciso II combinado com o inciso III, art. 3º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

Para esta contratação será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP), em conformidade com o art. 82 da Lei nº 14.133/2021, e às hipóteses de adoção do SRP estabelecidas no art. 3º, incisos II e III, do Decreto nº

11.462/2023, considerando a necessidade de aquisição parcelada e eventual de equipamentos, garantindo flexibilidade, economicidade e eficiência na gestão dos recursos públicos.

8.1.1.1. A regra estabelecida no inciso II do art. 3º Decreto nº 11.462, permite a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas, quando for conveniente ao órgão ou entidade, uma vez que a Administração pode realizar ordens de fornecimento de acordo com a variação das necessidades institucionais, sem a necessidade de instaurar novos procedimentos licitatórios para cada aquisição. Tal característica é especialmente relevante em cenários de consumo variável ou imprevisível, nos quais a contratação tradicional poderia resultar em sobrecontratação ou insuficiência de bens. Portanto, o Sistema de Registro de Preços (SRP) apresenta-se como instrumento adequado para esse fim, pois permitirá ao MDA planejar as aquisições de forma escalonada, conforme a demanda real e a disponibilidade orçamentária, evitando a formação de estoques desnecessários, a obsolescência de materiais e a imobilização de recursos financeiros.

8.1.1.2. Além do permissivo previsto no inciso II, a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para atendimento a mais de um órgão ou entidade, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, configura importante instrumento de racionalização das contratações públicas. Trata-se de mecanismo estratégico, cuja implementação, entretanto, exige do órgão gerenciador capacidade institucional compatível com as responsabilidades inerentes à condução do procedimento, especialmente quando há previsão de atendimento a múltiplas unidades administrativas.

8.1.1.3. No caso em análise, o órgão gerenciador, MDA, possui estrutura funcional reduzida, com número limitado de servidores aptos a desempenhar as atividades técnicas e administrativas necessárias à adequada gestão da ata de registro de preços. A insuficiência de recursos humanos compromete diretamente a eficiência gerencial do processo, podendo gerar riscos à conformidade, à economicidade e à efetividade da contratação. Nessas condições, a estrutura disponível demanda elevado esforço gerencial, uma vez que a condução de uma ata com participação ampliada envolve:

- Consolidação de demandas interinstitucionais;
- Coordenação de entregas em múltiplas localidades;
- Monitoramento da execução contratual em âmbito nacional;
- Atendimento a solicitações de adesão e esclarecimentos técnicos;
- Fiscalização contínua da conformidade dos fornecimentos.

8.1.1.4. Diante desse cenário, a abertura de intenção de registro de preços (IRP) para possibilitar a participação de outros órgãos ou entidades acarretaria sobrecarga operacional incompatível com a atual capacidade administrativa do órgão gerenciador (MDA). Tal medida poderia comprometer a governança do processo e a qualidade da contratação, contrariando os princípios da eficiência e da responsabilidade previstos na legislação vigente.

8.1.1.5. Assim, a decisão pela não adoção do procedimento de IRP encontra respaldo na análise da viabilidade técnica e gerencial, visando assegurar a efetividade da contratação e mitigar riscos operacionais e jurídicos.

8.1.1.6. Ressalta-se que, mesmo sem a abertura de IRP, outros órgãos ou entidades poderão, durante a vigência da ata, aderir ao registro de preços na condição de não participantes, desde que atendidos os requisitos estabelecidos no arts. 31 a 33 do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

## **9. Levantamento de soluções**

9.1. A proposta do ETP é levantar dentre as opções disponíveis a que apresentar a solução mais eficaz, efetiva, eficiente e economicamente viável e que atenda às necessidade de negócio que motivaram a demanda.

9.2. A solução de videoconferência deve ser uma plataforma integrada que ofereça todo o arcabouço necessário para a transformação digital dos ambientes de trabalho. Para atendimento desta demanda é necessária a aquisição de solução tecnológica com as características especificadas na tabela seguinte:

9.3. A proposta do Estudo Técnico Preliminar é identificar, entre as alternativas disponíveis, aquela que ofereça a solução mais eficaz, efetiva, eficiente e economicamente viável, alinhada às necessidades de negócio que originaram a demanda.

9.4. Após uma análise criteriosa, dentre as perspectivas de possíveis cenários, foram identificados 3 (três) oportunidades:

Tabela 3

ID	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO
1	Expansão da solução de videoconferência para SALAS GRANDES, adquirida pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Marca: Logitech, Modelo: Rally Bar + TAP.
2	Aquisição de equipamentos de videoconferência para SALAS MÉDIAS, com suporte por parte do MDA.
3	Solução de videoconferência como serviço ( <i>outsourcing</i> )

10. Análise comparativa de soluções

10.1. Etapa do ETP onde é realizada a análise crítica dos requisitos essenciais das soluções para atender à necessidades específicas do MDA.

Tabela 4

REQUISITO	SOLUÇÃO	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
A solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1	X		
	Solução 2	X		
	Solução 3	X		
A solução está disponível o portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de software)	Solução 1			X
	Solução 2			
	Solução 3			
A solução é composta por software livre ou software público? (quando se tratar de software)	Solução 1			X
	Solução 2			
	Solução 3			
A solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelo padrões e governo ePing, eMAC e ePWG	Solução 1			X
	Solução 2			X
	Solução 3			X
A solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil?	Solução 1			X
	Solução 2			
	Solução 3			
A solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos)	Solução 1			X
	Solução 2			
	Solução 3			

10.2. SOLUÇÃO 1

10.2.1. A Solução 1 propõe a expansão da solução de videoconferência atualmente em uso no Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), composta pelos equipamentos da marca Logitech, modelo Rally Bar e TAP IP. Esses dispositivos foram adquiridos no ano de 2024, por meio do CONTRATO n.º 07/2024, e representam um investimento de alto custo voltado à modernização dos grandes ambientes de reunião institucionais.

10.2.2. A Rally Bar e o TAP IP formam uma solução integrada de videoconferência de última geração, projetada especialmente para ambientes de reunião de grande porte. A condução pela solução 1 amplia o alcance da infraestrutura tecnológica já existente, como também potencializa os ganhos institucionais obtidos com a aquisição inicial, mas seu valor econômico torna-se um grave empecilho.

10.2.3. Nas salas de grandes reuniões, que geralmente acomodam mais de 15 participantes, a solução exige uma configuração mais robusta. Além disso, a instalação pode demandar reforço na infraestrutura de rede e energia, bem como suporte físico adequado para acomodar os equipamentos de forma estratégica. O investimento, portanto, tende a ser mais elevado, refletindo a complexidade e a escala da aplicação.

10.3. SOLUÇÃO 2

10.3.1. A solução voltada para salas de médio porte é ideal para salas com até 15 participantes. A instalação é mais simples, exigindo menos adaptações no ambiente físico e menor esforço técnico. Em termos econômicos é uma solução que tende a ter seu valor econômica atrelado entre 20% e 25% do valor da Solução 1.

10.3.2. Portanto, a Solução 2 para médias reuniões representa uma alternativa estratégica para instituições que buscam modernizar seus ambientes colaborativos com eficiência, agilidade e racionalidade econômica.

10.3.3. Do ponto de vista econômico, a Solução 2 apresenta uma vantagem significativa, como já abordado, seu valor de aquisição tende a representar entre **20% e 25% do custo da Solução 1**, voltada para grandes reuniões. Essa diferença torna a proposta especialmente atrativa para o MDA que opera com restrições orçamentárias, mas que ainda assim necessita de soluções tecnológicas modernas para garantir a continuidade e a qualidade de suas atividades.

10.4. SOLUÇÃO 3

10.4.1. A solução 3, videoconferência como serviço, também conhecida como **outsourcing de videoconferência**, é um modelo de contratação em que uma organização terceiriza a gestão, operação e manutenção de seus sistemas de videoconferência para uma empresa especializada. Em vez de adquirir diretamente os equipamentos e assumir a responsabilidade por sua instalação, suporte técnico e atualizações, a instituição opta por pagar uma mensalidade ou taxa periódica para utilizar a infraestrutura e os serviços oferecidos pelo fornecedor.

10.4.2. A empresa contratada assume a responsabilidade por fornecer os equipamentos adequados, realizar a instalação, garantir o funcionamento contínuo do sistema, aplicar atualizações e oferecer suporte técnico sempre que necessário.

10.5. Quadro comparativo das Soluções

Tabela 5			
Critério	Solução 1 – Expansão da solução atual (Rally Bar + Tap IP)	Solução 2 – Equipamentos para médias reuniões	Solução 3 – Videoconferência como serviço (Outsourcing)
Adequação ao porte das salas	Projetada para grandes ambientes - superdimensionada para salas médias do MDA.	Dimensionada especificamente para salas médias (até 15 pessoas).	Aderência variável - não há padrão de oferta com equipamentos profissionais.
Complexidade de instalação	Alta - requer reforço de rede, energia e infraestrutura física.	Média/baixa - poucas adaptações e menor esforço técnico.	Baixa – instalação e gestão terceirizadas, porém sem garantia de equipamentos adequados.
Custo de aquisição	Muito elevado; solução premium.	20% a 25% do custo da Solução 1.	Custo recorrente - sem valores referenciais na APF para hardware.
Custo de propriedade /manutenção	Alto - suporte especializado e peças premium.	Baixo/médio - manutenção compatível com o porte da solução.	Incluso na mensalidade - porém incerteza quanto à qualidade dos equipamentos.
Padronização e compatibilidade	Alinha-se à solução já existente, porém acima das necessidades reais.	Padronização adequada ao contexto do MDA; escalável.	Ausência de modelos consolidados no setor público.
Sustentabilidade orçamentária	Baixa - investimento alto e pouco racional.	Alta - atende ao objetivo com menor impacto orçamentário.	Baixa - contratação recorrente sem parâmetros claros de custo.
Risco técnico	Superdimensionamento e inadequação ao porte das salas.	Baixo - solução equilibrada e ajustada à demanda.	Alto - dependência do fornecedor e incerteza sobre qualidade dos dispositivos.
Aderência à necessidade	Inadequada - tecnologia excede o necessário.	Alta - atende plenamente às necessidades operacionais.	Inadequada - inexistência de cases consolidados na APF.
Conclusão	Tecnicamente superdimensionada e economicamente inviável.	<b>Solução viável</b> , eficiente e economicamente racional.	Tecnicamente inviável e sem referências econômicas aplicáveis.

11. Registro de soluções consideradas inviáveis

11.1. Após análise técnica e comparativa das alternativas disponíveis, concluiu-se que a **Solução 1** - expansão da solução de videoconferência atualmente em uso no Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - não se mostra adequada para atender às necessidades operacionais específicas do MDA. Embora essa solução possua uma qualificação tecnológica robusta, com alto desempenho audiovisual e recursos

avançados de captação e processamento, ela foi projetada para ambientes de grande porte, cuja demanda estrutural e funcional excede significativamente o perfil das salas de reunião de médio porte predominantes no MDA.

11.2. Do ponto de vista técnico, a **Solução 1** incorpora componentes de alto custo, que não apenas elevam o investimento inicial, mas também implicam em custos recorrentes de manutenção e suporte.

11.3. Sob a ótica econômica, a adoção da **Solução 1** representa um investimento elevado e pouco racional, considerando que os recursos tecnológicos oferecidos superam em muito as funcionalidades necessárias para garantir a eficiência das reuniões em salas de médio porte.

11.4. Portanto, a **Solução 1** revela-se tecnicamente superdimensionada e economicamente **inviável** para o contexto atual do MDA.

11.5. A **Solução 3**, que propõe a **videoconferência como serviço por meio do modelo de outsourcing**, consiste na contratação de uma empresa especializada para assumir integralmente a gestão, operação e manutenção dos sistemas de videoconferência de uma organização. Esse modelo tem como principal vantagem a transferência de responsabilidades técnicas e operacionais, permitindo que a instituição contratante se concentre em suas atividades-fim, enquanto conta com suporte profissional e infraestrutura adequada para a realização de reuniões virtuais.

11.6. Embora o outsourcing seja amplamente adotado pela Administração Pública Federal (APF) em diversas áreas, observa-se que, no caso específico de hardware para videoconferência, **não foram identificadas contratações que incluam a disponibilização de equipamentos de alta resolução** - como câmeras, microfones e monitores profissionais - nem mesmo de dispositivos com especificações mais modestas. Essa lacuna evidencia uma limitação na aplicação prática da solução dentro do setor público, especialmente no que diz respeito à qualidade e à padronização dos recursos utilizados.

11.7. Portanto, a **Solução 3**, revela-se tecnicamente **inviável** e economicamente carente de valores referenciais para o contexto do MDA.

## 12. Análise comparativa de custos (TCO)

12.1. Esta seção apresenta os custos totais de propriedade para implantação da solução viável.

12.1.1. A escolha de soluções tecnológicas e operacionais deve ser pautada por critérios que garantam eficiência, economicidade e sustentabilidade ao longo do tempo. Nesse contexto, a análise comparativa de custos surge como uma metodologia essencial para orientar decisões estratégicas, especialmente na aquisição e implementação de sistemas, serviços ou produtos.

12.1.2. Neste contexto, importante destacar que esta análise foi aplicada apenas às soluções técnica e funcionalmente viáveis, ou seja, aquelas que atendem aos requisitos mínimos de funcionamento e que são capazes de cumprir os objetivos propostos. Portanto, foi objeto de análise a **Solução 2 - Aquisição de equipamentos de videoconferência para SALAS MÉDIAS, com suporte e garantia de 36 meses**, única solução compatível para atender às necessidades do MDA.

12.1.3. Para fundamentar a análise comparativa de custos da solução de videoconferência, foi realizada a **Pesquisa de Preços MDA nº 13/2026 (SEI n.º 52160362)**, por meio da qual foram identificadas, no módulo Pesquisa de Preços (Compras.gov.br), dezoito contratações de produtos similares àqueles pretendidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A pesquisa considerou contratações realizadas pela Administração Pública no período de até um ano anterior, em conformidade com o inciso I do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, que estabelece os parâmetros para pesquisa de preços na administração pública federal.

12.1.4. A partir desses dados, e utilizando a metodologia da **mediana**, conforme previsto no art. 6º da referida Instrução Normativa, estimou-se um custo unitário de **R\$ 10.316,15 (dez mil e trezentos e dezesseis mil reais e quinze centavos)**. A escolha da mediana como método estatístico justifica-se por sua capacidade de eliminar a influência de valores extremos, assegurando maior equilíbrio e representatividade das condições reais de mercado.

## 12.2. Reajuste de Preços - Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI)

12.2.1. Nas contratações de serviços de Tecnologia da Informação em que haja previsão de reajuste de preços por aplicação de índice de correção monetária é obrigatória a adoção do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

12.2.2. Logo, para a presente contratação, será utilizado o índice de 2,23% nos últimos doze meses, conforme imagens abaixo:

**ICTI versus índices amplos de preços de outras fontes (fev./2026)**

(Variação, em %)

	ICTI	IPCA	IGP-M	IPA-EP
	Ipea	IBGE	FGV	FGV
Fevereiro de 2026	0,26	0,70	-0,73	-1,21
Fevereiro de 2025	0,91	1,31	1,06	1,03
Acumulado em 2026	0,41	1,03	-0,32	-1,21
Acumulado em doze meses	2,23	3,81	-2,67	-5,78

Fonte: Ipea, IBGE e FGV.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

**ICTI: variação em doze meses, peso e impacto por grupos (mar./2025 - fev./2026)**

Grupo	Variação (%)	Peso	Impacto (p.p.)
<b>Índice Geral</b>	<b>2,23</b>	<b>1</b>	<b>2,23</b>
Pessoal	4,22	0,40	1,70
Serviços profissionais e outros	9,16	0,14	1,24
Aluguel de imóveis	4,77	0,01	0,07
Demais despesas operacionais	-2,66	0,25	-0,68
Comunicação	1,75	0,01	0,01
Energia elétrica	9,40	0,00	0,04
Depreciação e amortização	-0,86	0,05	-0,04
Material de consumo	-0,86	0,13	-0,11

Fonte: Ipea.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**12.3. Cálculo dos custos totais**

12.3.1. O quadro a seguir consolida as aquisições pretendidas para atendimento desta contratação, apresentando o custo total da contratação no primeiro ano, considerando a aquisição do quantitativo máximo de bens disponíveis.

**Tabela 6**

Item	CATMAT	Descrição	QTDE.	Valor Unitário	Valor Total Estimado
1	BR0610079	Equipamento de videoconferência	68	R\$ 10.316,15	R\$ 701.498,20

12.3.2. A tabela a seguir apresenta os custos unitários de propriedade da solução considerada viável para os próximos **5 (cinco)** anos, em caso de necessidade de aquisição após o primeiro ano de contrato:

**Tabela 7**

Item	CATMAT	Descrição	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
1	BR0610079	Equipamento de videoconferência	R\$ 701.498,20	R\$ 717.843,11	R\$ 734.568,85	R\$ 751.684,31	R\$ 769.198,55

**13. Descrição da solução de TIC a ser contratada**

13.1 Aquisição de equipamento (hardware) do tipo endpoint de videoconferência para salas médias, com suporte e garantia técnica por 36 meses, nos seguintes quantitativos:

**Tabela 8**

SOLUÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
Aquisição de equipamento de videoconferência, <b>endpoint para SALAS MÉDIAS</b> e garantia técnica por 36 meses.	Unidade	68 (sessenta e oito)

13.2 A destinação dos equipamentos se dará de acordo com a necessidade descrita no item 7 deste estudo.

## 14. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 701.498,20

14.1. O valor total estimado para esta contratação é de **R\$ 701.498,20 (setecentos e um mil quatrocentos e noventa e oito reais e vinte centavos).**

Tabela 9

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Item 1	Aquisição de equipamento de videoconferência, endpoint para SALAS MÉDIAS com garantia técnica por 36 meses	68	R\$ 10.316,15	<b>R\$ 701.498,20</b>

## 15. Justificativa técnica da escolha da solução

15.1. Como já mencionado, à recente criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, surge a necessidade de adequação tecnológica e de infraestrutura nos postos de trabalho vinculados à nova estrutura organizacional. Nesse contexto, as videoconferências assumem um papel central nas dinâmicas da Pasta Ministerial, tornando-se uma ferramenta estratégica para garantir a integração entre equipes, a eficiência na gestão pública e a continuidade dos serviços, mesmo em ambientes descentralizados.

15.2. Diante dessa realidade, a decisão entre **adquirir equipamentos próprios** ou **contratar serviços de outsourcing** para suprir essa demanda, se torna uma estratégia para consolidação do trabalho híbrido. Embora o outsourcing ofereça vantagens pontuais, como flexibilidade e menor investimento inicial, a **compra direta dos equipamentos** se revela, sob o ponto de vista técnico, uma escolha mais eficiente e sustentável.

15.3. Em primeiro lugar, a aquisição de equipamentos garante **controle total sobre os recursos tecnológicos** utilizados. Isso significa que a empresa pode configurar, atualizar e integrar os dispositivos conforme suas necessidades específicas, sem depender da disponibilidade ou das limitações impostas por terceiros. Além disso, marcas como Logitech, Poly, Yealink, entre outras, oferecem soluções escaláveis e compatíveis com os principais softwares de videoconferência, permitindo uma experiência fluida e personalizada.

15.4. Outro ponto relevante é a qualidade e a confiabilidade dos equipamentos próprios. Ao investir em dispositivos de alto desempenho, como câmeras 4K, hoje consideradas o padrão de mercado para transmissões profissionais, microfones com captação inteligente e recursos de inteligência artificial para otimização de áudio e vídeo, o MDA assegura uma comunicação clara, estável e compatível com as demandas tecnológicas atuais. Esses recursos de IA permitem, por exemplo, ajuste automático de iluminação, enquadramento inteligente, supressão de ruídos e melhoria de legibilidade, elevando a qualidade das reuniões estratégicas, apresentações institucionais e treinamentos corporativos. Já no modelo de outsourcing, há risco de heterogeneidade na qualidade dos equipamentos fornecidos, bem como de atrasos nos processos de manutenção ou substituição, o que pode comprometer a continuidade e a confiabilidade das operações.

15.5. **Diante desses argumentos, conclui-se que a aquisição de equipamentos de videoconferência proposto na SOLUÇÃO 2 é tecnicamente mais interessante do que a contratação de outsourcing.**

15.6. Adicionalmente, no que se refere às vedações previstas no art. 5º da IN SGD/ME nº 94/2022, verifica-se que esta contratação não se enquadra em nenhuma das hipóteses estabelecidas nos arts. 3º, 4º e 5º da referida Instrução Normativa.

15.7. Também destaca-se que esta contratação não tem por objeto a aquisição de soluções de TIC padronizadas e ofertadas pelo mercado conforme as condições estabelecidas pelo Órgão Central do SISP. Portanto, os Catálogos de Soluções de TIC não se aplicam ao presente caso.

## 16. Justificativa econômica da escolha da solução

16.1. A solução possibilitará uma gestão mais eficiente dos recursos pela área em questão considerando a economia alcançada em comparação com outras modalidades de execução do serviço, como aluguel ou até mesmo a montagem e preparação de salas de videoconferência nas dependências ocupadas pelo Ministério tanto na sede como nas suas unidades descentralizadas.

16.2. Do ponto de vista econômico, embora o investimento inicial na compra seja mais elevado, ele se dilui ao longo do tempo. A posse dos equipamentos elimina custos recorrentes de aluguel, transporte e suporte técnico externo, além de permitir maior previsibilidade orçamentária. Em médio e longo prazo, essa abordagem representa uma economia significativa, aliada à valorização do patrimônio tecnológico do MDA.

16.3. Além disso, a compra de equipamentos promove autonomia e segurança, aspectos cruciais em ambientes corporativos. A gestão interna dos dispositivos permite maior controle sobre dados sensíveis, reduzindo riscos associados à exposição de informações em sistemas terceirizados.

16.4. Trata-se de uma decisão estratégica que fortalece a infraestrutura de comunicação do MDA, impulsiona a produtividade e garante maior retorno sobre o investimento.

## 17. Benefícios a serem alcançados com a contratação

17.1. A implementação de sistemas modernos de videoconferência visa aprimorar a qualidade da integração entre participantes presenciais e remotos, assim como facilitar a comunicação entre os Servidores e colaboradores que estão em diferentes regiões do País. Essa medida busca oferecer uma solução mais estável e segura, alinhada às técnicas atuais de transmissão de eventos;

17.2. Não menos importante, essa aquisição poderá ainda proporcionar:

- Fornecimento de um serviço essencial e estratégico para o Ministério;
- Melhoria na comunicação tanto interna quanto externa ao MDA;
- Aumento da eficiência no tratamento de demandas;
- Redução de custos em viagens aéreas e/ou terrestres, uma vez que o equipamento permite a criação de ambientes de alta qualidade para reuniões e eventos;
- Facilitação da colaboração entre equipes internas e externas, promovendo uma cultura de trabalho mais integrada;
- Fortalecimento da segurança da informação ao evitar a necessidade de compartilhamento de dados sensíveis por meios tradicionais;
- Flexibilidade para realizar reuniões e treinamentos remotos, possibilitando a participação de membros de equipe em locais diversos;
- Melhoria na gestão do tempo ao reduzir a necessidade de deslocamentos físicos para reuniões e eventos.

## 18. Providências a serem Adotadas

18.1. Não houve identificação de medidas a serem tomadas antecipadamente por esta administração em relação à aquisição planejada, seja em termos de organização do ambiente de trabalho ou de capacitação de servidores e funcionários para a fiscalização e gestão de materiais e equipamentos.

18.2. As unidades demandantes designadas para receber os itens requisitados possuem a competência técnica e a infraestrutura necessárias para garantir a continuidade no recebimento dos mesmos.

## 19. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 19.1. Justificativa da Viabilidade

A aquisição dos equipamentos de videoconferência atende aos objetivos do MDA. O processo é vantajoso para a Administração, pois a seleção do fornecedor ocorrerá por disputa de menor preço, garantindo que todas as características exigidas neste ETP e no Termo de Referência sejam cumpridas. Portanto, considerando o custo estimado, a aquisição é viável.

## 20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria GM/MDA nº 350, de 15 de julho de 2025

**PAMELA SANTIAGO HILARIO**

Autoridade competente





*Assinou eletronicamente em 29/05/2026 às 15:40:54.*

Despacho: Portaria GM/MDA nº 350, de 15 de julho de 2025

**BRUNO BRAZ DOS SANTOS QUEIROZ**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 02/06/2026 às 14:59:39.*

Despacho: Portaria GM/MDA nº 350, de 15 de julho de 2025

**PLINIO AUGUSTO DE MEIRELES JUNIOR**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 16:18:34.*

Despacho: Portaria GM/MDA nº 350, de 15 de julho de 2025

**PAULO HENRIQUE DE CASTRO SILVA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 05:35:48.*

Despacho: Portaria GM/MDA nº 350, de 15 de julho de 2025

**AGNALDO ROSA DA SILVA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 29/05/2026 às 16:18:23.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Pesquisa de preços - Videoconferência.xlsx (14.17 KB)
- Anexo II - Pesquisa de preços - propostas comerciais e cotações.zip (9.36 MB)